

Contrato nº 03/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE CELEBRAM ENTRE SI
CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO
E A EMPRESA ARTUR ASSIS DE
LIMA JÚNIOR 256.155.721-91 – MEI
NA FORMA ABAIXO:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 24.858.805/0001-39, com sede na Praça da Bandeira, s/n, Centro, a seguir denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Gestor Vereador ABIMAEL SOUZA SILVA, CPF nº 820.941.871-87, e de outro lado, a empresa **ARTUR ASSIS DE LIMA JÚNIOR 256.155.721-91 - MEI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.709.758/0001-00, com sede na Rua Deputado Honorato de Carvalho, nº 1.072, Centro, nesta cidade de Jataí, Estado de Goiás, neste ato representada por ARTUR ASSIS DE LIMA JÚNIOR, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.11.864 — SSP/GO, devidamente inscrito no CPF sob o nº 256.155.721-91, residente e domiciliado nesta cidade de Jataí, Estado de Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, firma o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem como objeto a contratação do curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Prática Jurídica Cível, oferecido pela empresa contratada em parceria com a Uningá, com carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, para 01 (um) procurador da Câmara Municipal, a fim de atender as necessidades da Procuradoria da Câmara Municipal de Jataí/GO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor acordado entre as partes perfaz o importe total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo Único — O pagamento será realizado através de depósito bancário em favor da contratada, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a partir da data de entrega da nota fiscal, totalizando 10 pagamentos de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Conta corrente: Artur Assis de Lima Júnior (256.155.721-91)

CNPJ: 20.709.758/0001-00

Banco Sicoob nº 756

Agência/Cooperativa: 3350

Conta corrente: 1.191-6

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência pelo período de 10 (dez) meses consecutivos, contados do dia 04 de outubro de 2023 a 31 de julho de 2024.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante cabe:

a) Efetuar o pagamento das condições e preços ajustados;

b) Exercer a fiscalização do fornecimento do serviço através de servidor designado.

c) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

d) A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados a execução do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das demais disposições contidas neste contrato, constituirão ainda obrigação da parte contratada:

a) Cumprir fielmente este contrato e proposta apresentada;

b) Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

c) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela contratante;

d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como manter um preposto da empresa para a resolução e quaisquer pendências;

e) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.



f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor- Lei 8.078 de 1990;

g) Zelar pela boa e fiel execução dos serviços contratados;

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do presente contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE de rescindir o presente contrato, mediante notificação por ofício entregue diretamente ou ainda via postal, com prova de recebimento, com antecedência mínima de 30 dias, em caso de rescisão administrativa prevista no art.79, I da Lei nº 8.666;

Parágrafo Segundo - Aplica-se também ao presente contrato, no que couber, as regras dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento das obrigações assumidas pelo CONTRATADO, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade

que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo primeiro – Em caso de rescisão motivado pelo contratante, o Município deverá arcar com o pagamento de multa contratual no valor de 1 (uma) parcela do curso contratado, a título de Cláusula Penal, sem prejuízo das obrigações e responsabilidades assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante ao CONTRATADO seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o serviço contratado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre referida execução do serviço, diretamente, pelo servidor designado pela CONTRATANTE

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de Jataí - GO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordes, assim o presente contato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.





Jataí, 04 de outubro de 2023

ABIMAEEL SOUZA SILVA

Vereador Municipal – Presidente da Câmara e Gestor

Contratante

ALCANCE JURÍDICO

CNPJ nº 20.709.758/0001-00

Contratado

Testemunhas:

1) Indênio Guspião de Lima

CPF nº: 035.984.11-96

2) _____

CPF nº: _____